



**Poder Legislativo**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**



**PARECER**

**Matéria: Projeto DE LEI N. 07/2020**



**DECLARA de Utilidade Pública o Grupo de  
 Apoio às Pessoas Vítimas de Câncer -  
 GAPVIC**

**Autoria: Deputado (a) FAUSTO JR**

**Relator: Deputado BELARMINO LINS**

**I – RELATÓRIO**

No dia 11 de fevereiro de 2020, o eminente Deputado Fausto Jr apresentou o Projeto de Lei de nº. 07/2020, que DECLARA de Utilidade Pública o Grupo de Apoio às Pessoas Vítimas de Câncer - GAPVIC

O presente projeto foi incluído em reuniões ordinárias, tendo permanecido em pauta, não havendo quaisquer emendas.

Em seguida, a proposta foi encaminhada a esta Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação para exame e emissão de parecer quanto a sua constitucionalidade e legalidade, em conformidade com o artigo 27, I, alínea “a”, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o breve relatório.





## Poder Legislativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO



### II – FUNDAMENTAÇÃO

A proposição legislativa objeto desta análise pretende declarar de Utilidade Pública o Grupo de Apoio às Pessoas Vítimas de Câncer – GAPVIC.

O Grupo de Apoio às Pessoas Vítimas de Câncer – GAPVIC, é uma organização não governamental, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Manaquiri, tendo por finalidade a promoção de atividades direcionadas ao apoio de pessoas em tratamento oncológico, bem como a promoção dos direitos e cidadania das pessoas com deficiência visual, auditiva e mental.

Do ponto de vista jurídico o projeto encontra-se em harmonia com a legislação para o seu prosseguimento.

De acordo com o disposto na Lei N. 86/1963 que estabelece as regras pelas quais as sociedades civis são declaradas de utilidade pública, bem como após sucinta análise dos documentos colacionados ao Projeto de Lei N. 07/2020, entendemos que o Grupo de Apoio às Pessoas Vítimas de Câncer –GAPVIC, preenche os requisitos para ser declarado de utilidade pública.

Sendo assim, o referido projeto não encontra óbice à sua tramitação, nos aspectos que cabem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação analisar.





**Poder Legislativo**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**



**III – VOTO**

Pelo exposto, manifesto-me **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei N. 07/2020



S.R. DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 03 de março de 2020

  
**Deputado BELARMINO LINS**  
**Relator**





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

**PERICLES RODRIGUES DO NASCIMENTO** - 587.158.352-00 EM 24/06/2020 11:37:59  
**MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO** - 575.142.402-68 EM 24/06/2020 10:52:13  
**BELARMINO LINS DE ALBUQUERQUE** - 005.216.632-53 EM 23/06/2020 12:08:57

